

Dualidade da agricultura brasileira

Eliseu Alves¹

Há mais de uma forma de caracterizar a dualidade. Neste caso, a dualidade será explicitada em termos de volume e de valor de produção. Os dados são do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012) e incluem os estabelecimentos que declaram produção e exploração da terra. Nessa categoria, estão 4.400.527 estabelecimentos, que cobrem todo o território nacional.

A dualidade, em números redondos, significa que 11,4% desses estabelecimentos, cerca de 500 mil, produziram 87% de todo o valor da produção de 2006, e que 3,9 milhões deles (88,6%) geraram apenas 13%. Ou seja, muitos produziram muito pouco e poucos produziram a maior parte.

No grupo dos 500 mil, 27.306 estabelecimentos responderam por 51,2 % de toda a produção de 2006. Ou seja, se a clonagem fosse possível, então apenas 54 mil estabelecimentos responderiam por toda a produção de 2006.

No grupo de 3,9 milhões de estabelecimentos, 2,9 milhões deles contribuíram só com 3,3% do valor da produção de 2006, e a renda bruta mensal de cada estabelecimento correspondeu a apenas meio salário mínimo desse ano (R\$ 300,00) – muita pobreza (ALVES et al., 2013).

O que teria gerado tamanha concentração de produção? Ainda conforme os citados autores, a terra explicou 9,6% da variação da produção; o trabalho, 22,3%; e tecnologia, 68,1%.

Caracteriza-se, assim, um problema sério de difusão de tecnologia. A tecnologia explicou o sucesso dos 500 mil estabelecimentos e deixou à margem outros 3,9 milhões.

O problema de difusão de tecnologia tem sido equivalente ao de extensão rural, para o qual foi criada a Agência de Extensão Rural. Investir em extensão rural é correto, mas ela só resolve a dualidade da nossa agricultura nas regiões em que os mercados funcionam bem: basicamente no Sul e no Sudeste e em alguns locais do Centro-Oeste e Nordeste. Se não forem eliminadas as imperfeições de mercados onde elas comprometem a modernização da agricultura, a ação do governo ampliará as desigualdades regionais.

O poder de mercado favorece a grande produção e não incentiva a pequena. Ele é visível no mercado de produtos, de insumos, de exportações e tem presença, ainda importante, na assistência técnica particular, eletricidade e irrigação. É pouco importante na educação pública, mas importante no mercado de educação particular e de informação. Na organização da lista a seguir, levou-se em consideração o poder de mercado. Quando as imperfeições afetam diretamente os preços, seu efeito é imediato na lucratividade do produtor. Se não for assim, o efeito existe mas é retardado.

Imperfeições de mercado:

- a) Mercado financeiro, de insumos, produto e exportações.

¹ Pesquisador da Embrapa e assessor do Presidente da Embrapa.

- b) Mercado de águas e eletricidade.
- c) Mercado de terra, contratos de aluguel de máquinas e equipamentos.
- d) Assistência técnica e informação.
- e) Educação.

As imperfeições de mercado desfavorecem a pequena produção, mas causam outros danos, pois induzem o poder público a priorizar determinada imperfeição, como a extensão rural – mas esta não obtém sucesso já que o mau funcionamento do mercado de produtos, insumos e financeiro inviabiliza a tecnologia que aumenta a produtividade da terra ou da mão de obra, ou seja, a própria extensão rural.

Na ordenação das ações, a Agência de Extensão Rural deve dar prioridade às imperfeições que afetam diretamente os preços. Já existem programas de governo que têm o objetivo de lutar contra as imperfeições de mercado, como o Pronaf, a compra antecipada, a preferência à agricultura familiar na compra de alimentos para cesta básica. Não são, entretanto, suficientes e atuam principalmente no Sul e Sudeste. Se ela for organizada em departamentos, o mais importante deles deve ser aquele especializado em imperfeições de mercado.

E os 500 mil estabelecimentos que responderam por 87% do valor da produção de 2006? Eles formam a base do agronegócio brasileiro e possuem estas características: compõem-se de propriedades tanto de menos de cem hec-

tares quanto de cem ou mais; incorpora parte da agricultura familiar; está representado em todo o território nacional; enfrenta dificuldades semelhantes àquelas dos países desenvolvidos; precisa exportar; carece de seguro rural, de infraestrutura de qualidade e de baixo custo, de taxas de juros competitivas com as dos países ricos, de pesquisa que ombreia com o mundo desenvolvido, em suma, de forte redução do custo Brasil. Ou seja, o grupo é capaz de andar por conta própria e precisa de políticas públicas de caráter geral.

Do ponto de vista das políticas públicas, os que ficaram à margem da tecnologia necessitam de políticas específicas, sejam de transferência de renda, sejam daquelas que podem resolver o problema de pobreza com a agricultura. O agronegócio, como ressaltamos, carece de políticas de caráter geral que estimulem o crescimento da produção a custos decrescentes. Ou seja, a dualidade nos campos gera dualidade nas políticas públicas.

Referências

ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P.; MARRA, R. Fatos marcantes da agricultura brasileira. In: ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S. e; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 13-46.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: segunda apuração: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2012.